

RESENHA

Dialogues on Development. On Dependency



KUFAKURINANI, Ushewedu; KVANGRAVEN, Ingrid Harvold; SANTANA, Frutuoso; STYVE, Maria Dyveke (Orgs.). *Dialogues on Development. On Dependency*. Institute for New Economic Thinking, vol 1, 2017, 108 p.

Angelita Matos Souza

✉ angelitams@uol.com.br

Por que discutir teoria da dependência hoje? Qual a importância do enfoque? Como escapar da dependência? São algumas das questões levantadas nesta coletânea de entrevistas que reúne Samir Amin; Adebayo O. Olukoshi; Peter Evans; Sabelo Ndlovu-Gatsheni; Rex Mackenzie; Ramón Grosfoguel; Andy Higginbottom; Patrick Bond; Miguel Angel Centeno; Ian Taylor; Matías Vernengo; Honita Cowaloosur; László Bruszt.

Basicamente as opiniões convergem no reconhecimento das similaridades entre as relações de dependência neste início de século e as dos anos 1960-1970, quando a teoria despontou, também no tocante à ruptura com a teoria da modernização como a contribuição mais importante da *escola*. Alguns autores relacionam certa desimportância subsequente da teoria ao *sucesso* de países asiáticos na promoção do desenvolvimento. Há ainda considerações sobre as afinidades entre a teoria da dependência e a da decolonialidade (*decoloniality*).

No capítulo 1, Samir Amin afirma que não existe uma escola unificada, e sim três correntes de pensamento crítico em torno da problemática da dependência: a do materialismo histórico entendido do ponto de vista global (destaque para Baran e Sweezy e a ele próprio), a teoria do sistema mundo (Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi) e a teoria da dependência (Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Andre Gunder Frank). Em que pese diferenças, o central é que as três

concebem o capitalismo como um sistema global, polarizador e assimétrico, que não permite que o nível de desenvolvimento dos países centrais seja alcançado pelos demais.

Para Amin, a atualidade da abordagem dependentista residiria no potencial para aclarar uma vez mais que os países periféricos só podem se desenvolver por meio da desconexão com o sistema mundial. A globalização seria o estágio novo de um fenômeno velho, com mais centralização do controle do capital, agora combinado ao deslocamento produtivo para países periféricos mediante subcontratações (*outsourcing*). Neste contexto, a desconexão com o sistema mundial (*delinking*), proposta em estudos seus, se em 100% impossível, em 70% já representaria um êxito enorme. *Necessidade* que passa pela construção de projetos nacionais populares como via principal para alguma alternativa de socialismo.

No capítulo 2, Adebayo O. Olukoshi critica a tendência dentro do enfoque dependentista de explicar tudo pela variável da dependência, negligenciando as formas de articulação entre externo-interno e o papel da vida política local. A emergência dos tigres asiáticos, e mesmo da China, teria evidenciado essa debilidade, mas concorda com a explicação das experiências asiáticas como exceções derivadas de circunstâncias históricas não replicáveis para outros países. E apesar das mudanças no sistema capitalista internacional, para ele, a teoria da dependência continuaria válida porque a estrutura de funcionamento do sistema segue a mesma e os princípios básicos enunciados pelos expoentes da teoria seriam inspiradores para uma agenda de reformas capaz de conter a financeirização desenfreada da economia mundial.

No capítulo 3, Peter Evans está entre os entrevistados filiados à vertente estruturalista, notadamente ligada à obra de Cardoso e Faletto (os outros são Miguel Centeno e László Bruszt). Segundo Evans, o enfoque teria se revelado mais produtivo ao abordar situações de dependência e possibilidades de desenvolvimento, ao passo que a teoria marxista da dependência, embora importante, esteve limitada pela ideia de revolução. No entanto, se diz desiludido com propostas industrialistas, à medida que quanto mais industrializado um país menor a proporção de empregos no setor industrial, e ao comentar iniciativas do governo indiano, afirma ser um disparate buscar investimentos industriais para geração de empregos, pois avanços tecnológicos visam justamente a contratação de menos trabalhadores. Mas quando parecia caminhar para um desfecho à maneira Amin (*delink*), conclui defendendo a sociedade civil global, como contraponto à globalização do capital, e a criação de empregos “dignos” no setor de serviços, além de vislumbrar na aproximação entre Brasil e China uma mudança positiva, que tornaria mais difícil o domínio completo na definição das regras globais pelos

países centrais.

No capítulo 4, Sabelo Ndlovu-Gastsheni argumenta que a teoria da dependência constitui um bom ponto de partida crítico para compreensão da história da América Latina, África e outras ex-colônias, e do mundo atualmente, tendo em vista que os países centrais continuam dependentes da exploração dos periféricos para se desenvolverem. O poder explicativo da teoria seria notável em outros quadros teóricos, em especial o da decolonialidade. Para o autor, a teoria da dependência guarda importância porque esteio da teoria da decolonialidade, portadora de uma visão mais holística das relações Norte-Sul. Ele também demonstra simpatia pela ideia de desconexão e relaciona a proposta de Amin à expansão das capacidades econômicas internas, mirando a integração dos povos africanos, cujo caminho para o desenvolvimento não poderia mesmo ser o dos países centrais pois isto implicaria em colonizar e escravizar outros povos.

No capítulo 5, Rex Mackenzie fala do Caribe, da expressão cultural da dependência em níveis assombrosos de racismo e violência, padrões de comportamento estabelecidos e de difícil superação. A ruptura passaria pela educação do povo e emergência de lideranças capazes de atuar no interesse da mudança, condições inexistentes em meio ao anti-intelectualismo reinante, fruto do distanciamento entre intelectuais e massas, além da história caribenha e dos seus líderes ser pouco ensinada nas escolas, beneficiando o projeto neoliberal em curso, um fomento a mais para a sociedade em guerra consigo mesma. Ao comentar o avanço chinês na América Latina e África, Mackenzie menciona a noção de subimperialismo de Ruy Mauro Marini como mais produtiva à compreensão das relações emergentes, melhor que qualquer proposta de desconexão com o Ocidente por meio da aproximação com a China, equivalente a defender a permanência da lógica dependentista.

No capítulo 6, Ramón Grosfogue advoga que a porção latino-americana (a mais importante) da escola da dependência promoveu uma revolução teórica com concepções novas de tempo e espaço, ao adotar a perspectiva da longa duração presente na obra de historiadores brasileiros desde os anos 1930, como o próprio Braudel teria reconhecido. Grosfogue prefere a teoria marxista da dependência, apesar de a vertente também apostar no desenvolvimento como solução a partir da revolução anticapitalista e anti-imperialista em âmbito nacional, quando a mudança exigiria escala internacional e ruptura com a ideia ocidental de modernidade/desenvolvimento. E, à *maneira zapatista*, conclama por um mundo no qual muitos mundos sejam possíveis, para além do mundo atual no qual só um mundo seria possível.

No capítulo 7, Andy Higginbottom retoma a teoria marxista da dependência (Ruy Mauro Marini) para articular bem-estar no Norte global e superexploração dos trabalhadores do Sul. Em referência direta à Inglaterra, afirma serem os capitalistas e a sociedade britânica em geral, sistematicamente, beneficiados pela transferência de riqueza derivada da superexploração ao Sul, o que precisaria ser combatido pela esquerda, mais que o neoliberalismo, inclusive porque o *welfare state* dificultaria a união dos trabalhadores em termos internacionais. Aponta ainda os capitalistas do Norte como os mais favorecidos pela demanda asiática por commodities, pois controlam boa parte da exploração de recursos primários na América Latina e África. Londres seria uma espécie de centro internacional para as operações do setor minerador, a Holanda um paraíso fiscal por onde passam os Investimentos Diretos Externos (IDE) sem que se conheça muito bem a origem dos investimentos. Por sua vez, a presença chinesa na África, embora crescente, não seria comparável ao centro menos visível: a permanência contínua da Grã-Bretanha, dos EUA e da França com seus poderes imperialistas.

No capítulo 8, Patrick Bond discorda da hipótese de a teoria da dependência ter decaído em face de êxitos asiáticos, uma versão da teoria remodelada pelo conceito de desenvolvimento desigual e combinado daria conta das críticas nessa direção. Quanto a ter ignorado temáticas ligadas à cultura, raça e gênero, argumenta que tais questões são contingentes, mutáveis no espaço e tempo, e à teoria da dependência importa a elucidação dos aspectos estruturais. Vale indicar sua avaliação das relações entre África e países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul): os exploradores do Sul seriam mais vorazes que os do Norte. Os últimos responderiam a acionistas, instituições mundiais e opinião pública internacional, enquanto no caso do BRICS as responsabilidades seriam menores e predominaria a lógica da exploração máxima. Para piorar, os emergentes do Sul atuariam como “delegados subimperialistas do imperialismo mundial” nas organizações internacionais (OMC, FMI, Clube de Paris).

No capítulo 9, Miguel Angel Centeno afirma que a teoria da dependência não perdeu força, sua condição seria semelhante à da teoria da evolução na Biologia, não precisa ser explicitada para estar presente, tendo sido absorvida por muitas perspectivas. Partidário da obra de Cardoso e Faletto, rechaça determinismos, para ele, as situações de dependência podem ser enfrentadas com Estado e burguesia nacional comprometidos com o desenvolvimento, direção que parecia ser a do Brasil nos últimos anos, não tivesse a corrupção corroído o processo em construção. Sem as duas condições, Estado *desenvolvimentista* e burguesia nacional, movimentos sociais seriam insuficientes para promover mudanças, mas reconhece o quão difícil é contar com a burguesia local mais a elite intelectual formada em centros

universitários nos países centrais, o dilema, material e cultural, a aprisionar a América Latina. E o Brasil seria uma enorme decepção, de quebrar o coração!

No capítulo 10, Ian Taylor enxerga na teoria da dependência uma tradição intelectual cuja influência teria arrefecido em função da hegemonia do pensamento econômico neoliberal nos últimos anos e por efeito de sucessos no Leste Asiático. As experiências asiáticas, apesar da dependência da demanda externa, teriam demonstrado ser o desenvolvimento possível e, por isso, a teoria da dependência saiu “de moda”, todavia seu retorno estaria fortemente em curso. Apesar do peso atribuído à estrutura econômica mundial, para o autor a teoria da dependência não seria estática, e sim dinâmica e dialética, contemplando mudanças. Menciona a África, onde países estariam melhorando de posição na divisão internacional do trabalho, prevendo que, com a China mais voltada à economia interna e subindo salários, os investimentos estrangeiros podem favorecer países africanos, onde a existência de um Estado capaz de orientá-los segundo interesses nacionais abriria novas oportunidades. Também adere à proposta de desconexão, como estratégias estatais visando o desenvolvimento interno da África via construção de redes de relações locais.

No capítulo 11, Matías Vernengo distingue as vertentes marxista e estruturalista, porém afirma que o enfoque da dependência vai além. A noção de “desenvolvimento por convite”, utilizada por Franklin Serrano e Carlos Medeiros, por exemplo, seria orientada por ideias da teoria, ainda que os autores não se filiem à escola da dependência. *Convite*, no caso da Coreia do Sul, determinado pela ameaça norte-coreana, com a decorrente abertura de mercados pelos EUA à porção Sul. Vernengo menciona ainda o enfoque da “nova dependência”, centrado no problema do financiamento, como nos estudos de Maria da Conceição Tavares e Susan Strange, e tece considerações sobre o caso dos EUA, cuja ascensão internacional teria sido impossível sem a forte participação estatal no financiamento do desenvolvimento. Largamente porque os “barões ladrões”, depois de dominarem o mercado interno, conquistaram o Estado mirando o domínio global e, para tanto, exerceram influência forte na criação de instituições vitais ao desenvolvimento. A atuação do Estado seria o decisivo e existiria espaço para desenvolvimento com dependência, desde que as recomendações do FMI sejam evitadas e se invista em instituições como bancos de desenvolvimento, agências de pesquisa e universidades públicas.

No capítulo 12, Honita Cowaloosur recorre aos estudos de Gunder Frank para análise das Zonas Econômicas Especiais Chinesas na África. A perspectiva de Frank seria útil por não restringir o *status* de metrópole e satélite às relações entre nações, englobando as hierarquias no interior dos países. O que faltaria aos seus estudos

seria a instância “geográfica”, especialmente importante na análise das Zonas Econômicas Especiais como espaços estrangeiros dentro de países africanos. Nestes casos, apesar do vínculo com o Estado, os chineses interagem mais diretamente com o lugar no qual se instalam, sem necessariamente subjugar de forma imediata e direta o Estado africano anfitrião, gerando hierarquias internas que trazem dinamismos localizados, porém não superação do subdesenvolvimento.

No capítulo 13, László Bruszt aborda as situações de dependência dos países ex-socialistas na Europa, relacionadas à integração com a Europa Ocidental ou com a Rússia e, dentro de cada uma delas, além disso, aponta que as diferenças nos “graus” de dependência têm a ver com escolhas iniciais no pós-socialismo, no tocante a mudanças institucionais. Mesmo que países na esfera russa não estejam em melhor situação, as expectativas eram maiores no caso da Europa Ocidental, entretanto, a integração bloqueou políticas de desenvolvimento disponíveis nas décadas de 1960 e 1970 para América Latina e Leste Asiático, não sendo crível que os países europeus mais fracos possam avançar sem a alteração das formas de integração.

Enfim, uma boa leitura, seja para partidários da *escola*, seja para quem queira apenas se informar um pouco a respeito.

* * *

Sobre a autora da resenha

Angelita Matos Souza: é professora de Sociologia e de História Econômica na Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Rio Claro. É doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (2003), mestre em Ciência Política (1995) e graduada em Ciências Sociais (1987) pela mesma instituição. Atua principalmente nos temas de história política e econômica do Brasil, Estado e desenvolvimento, imperialismo, dependência e desenvolvimento e geopolítica.

 **BCG**: <http://agbcampinas.com.br/bcg>